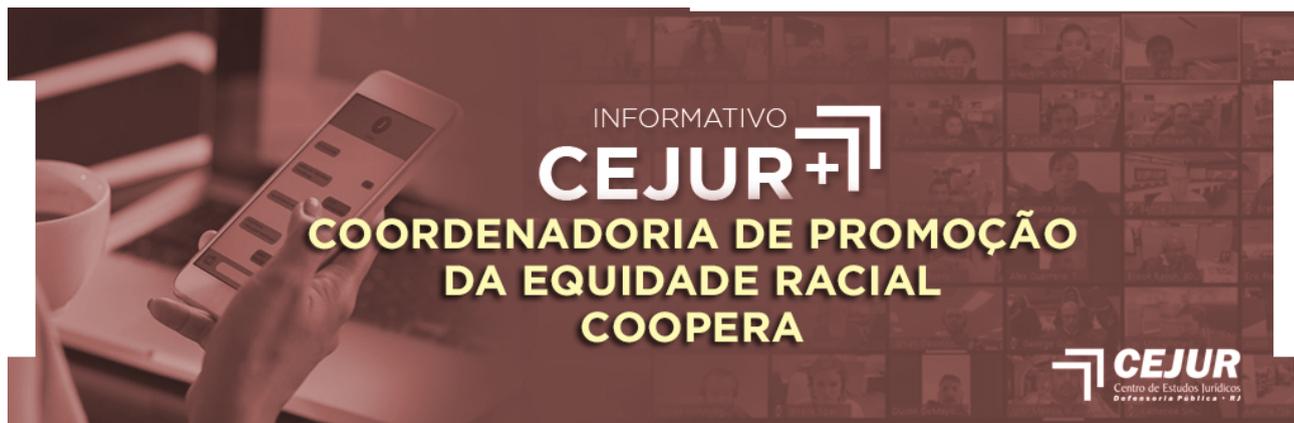


Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)



Ano I | Nº. 20 | Terça-feira, 28 de junho de 2022

Olá! Este é mais um informativo da nova fase do tradicional Cejur Notícias, agora com a participação ativa das Coordenações Temáticas, em edições quinzenais. A vez, nesta edição, é da Coordenadoria de Promoção da Equidade Racial, que apresenta rico material sobre suas atividades e sobre as matérias que lhe dizem respeito. Para repercutir este informativo, haverá na próxima quarta-feira, às 10h, como tem acontecido sempre, Encontro Temático com a COOPERA, transmitido pelo canal do Youtube da DPRJ. Uma boa leitura para todas e todos.

INTERNAS

Lançamento de nova Edição do Programa Abdias do Nascimento



No dia 13 de junho, ocorreu o evento de lançamento da nova edição do Programa Abdias do Nascimento (PAN). O programa tem por objetivo aumentar as oportunidades de acesso aos quadros da Defensoria, além de incentivar a qualificação profissional e acadêmica, ao ofertar bolsas de monitoria e de Pós-Graduação para pessoas negras, indígenas e com deficiência. O programa é uma iniciativa promovida pela COOPERA (Coordenação de Promoção da Equidade Racial), em parceria com o CEJUR (Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria), NUPED (Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência), Fesudeperj (Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro) e agora conta com o apoio da Open Society Foundations, uma organização não governamental que financia projetos que trabalham pela justiça,

governança democrática e direitos humanos. Veja mais detalhes [aqui](#). Você consegue assistir [aqui](#) à íntegra do evento. O Programa Abdias do Nascimento vai receber inscrições até dia 30/06/22, confira [aqui](#) o edital.

COOPERA, ADPERJ e ASDPERJ promovem Cine Debate sobre o filme “Doutor Gama” no dia 29/06/22

O projeto ADPERJ de Portas Abertas, em parceria com a COOPERA e a ASDPERJ, promoverá no dia 29/06 (quarta-feira), às 18h, a Sessão de Cinema Thais Moya, com a exibição do filme “Doutor Gama”, de Jeferson D, na sede da Associação (Rua do Carmo, nº 7/16º andar, Centro). O evento também será transmitido pelo canal de [YouTube da ADPERJ Defensores com Você](#). A iniciativa é uma homenagem aos 192 anos do nascimento de Luiz Gama, advogado, jornalista, escritor e abolicionista do século XIX, que ajudou a libertar mais de 500 pessoas escravizadas, antes da assinatura da Lei Áurea. Antes da sessão, haverá uma palestra com a professora Lígia Ferreira sobre a vida e obra de Luiz Gama. Em seguida, a memória de Gama e a sua relevância para a atuação da Defensoria será tema de debate com a participação do defensor público e professor da UERJ, José Augusto Garcia e da advogada criminalista Carmen Felipe, mediado pela coordenadora da COOPERA, Lívia Casseres.



Webinário “Elemento suspeito na perspectiva do racismo estrutural” fala sobre os efeitos do racismo na abordagem policial



No dia 27 de maio, a Coordenação de Promoção de Equidade Racial (COOPERA) e a Coordenação Criminal (COCRIM) promoveram o Webinário “Elemento suspeito na perspectiva do racismo estrutural”, com apoio do Cejur e Fesudeperj. As coordenadoras de Defesa Criminal e da Promoção da Equidade Racial, defensoras Lucia Helena Barros e Lívia Casseres, abriram o webinário trazendo a importância da temática e dessa análise do racismo institucional. Na sequência, o pesquisador do CESeC Pedro Paulo dos Santos da Silva, apresentou os dados colhidos na pesquisa “Negro trauma: racismo e abordagem policial no Rio de Janeiro” do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) que aborda o perfil das pessoas consideradas elementos

suspeitos pelos agentes de segurança, no Município do Rio de Janeiro, apontando novas perspectivas conceituais sobre as relações entre o policiamento e racismo. A pesquisa está disponível na íntegra [aqui](#). O webinar foi mediado pela subcoordenadora de Defesa Criminal, Isabel Scheprejer, e contou com explicações da promotora de Justiça do Estado da Bahia (MPBA), Lívia Maria Sant'Anna Vaz; da coordenadora de Defesa Criminal, Lucia Helena Barros; e da coordenadora do Núcleo de Combate ao Racismo e à Discriminação Étnico-Racial (Nucora), Daniele Magalhães. Você pode assistir ao evento [aqui](#) na plataforma do PEC!

Distribuição de cartazes pelos órgãos da DPRJ sobre a importância do preenchimento do quesito raça-cor durante os atendimentos

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro tem buscado desenvolver ações de enfrentamento ao racismo institucional. Refletindo sobre essa questão, a COOPERA percebeu a importância de traçar orientações aos profissionais da Instituição no que tange ao preenchimento do quesito raça/cor dos/as usuários/as da Defensoria. Por outro lado, sabemos da importância de que as(os) cidadãs(ãos) compreendam o motivo e a finalidade do fornecimento desta informação pessoal para o aprimoramento da prestação de assistência jurídica. Sendo assim, estão sendo distribuídos pelos órgãos da DPRJ de todo o Estado cartazes para serem fixados nos locais de atendimento e incentivar o seu preenchimento, que é indispensável para o planejamento de políticas antirracistas de acesso à justiça. Através do e-mail da COOPERA (coopera@defensoria.rj.def.br) podem ser solicitados os cartazes raça-cor e ainda cartilhas na versão física sobre a coleta do quesito. A cartilha virtual pode ser acessada [aqui!](#)



A ONU recebeu até o dia 15/06/2022 inscrições com oferta de bolsas para pessoas afrodescendentes para um curso sobre Direitos Humanos na Suíça

Até o dia 15 de junho de 2022, a ONU recebeu inscrições para pessoas afrodescendentes concorrerem a bolsas para um curso sobre direitos humanos em Genebra, na Suíça. O curso ocorrerá entre os dias 21 de novembro a 9 de dezembro de 2022. O Programa Anual de Bolsa para afrodescendentes é parte das comemorações pela Década Internacional de Afrodescendentes. O objetivo da ONU é oferecer uma oportunidade de aprendizagem intensiva a pessoas de ascendência africana em questões de direitos humanos. Os tópicos de estudo do curso incluem direitos humanos, formas de discriminação racial, acesso à justiça, perfilamento racial, entre outros. Confira [aqui](#) mais detalhes!

Comissão de juristas negras(os) lança relatório destinado a avaliar e propor estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo estrutural e institucional no País

No final de 2021, foi realizada uma sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães, marcada pela entrega do relatório final da comissão de juristas criada pela Câmara dos Deputados, para propor o aperfeiçoamento da legislação de combate ao racismo estrutural e institucional no País. A Comissão, composta por 20 juristas negras(os), apresenta em seu relatório propostas para alterar a legislação vigente para o combate ao racismo em suas diversas dimensões. O relator da comissão é o advogado Silvío Almeida, e, segundo ele, o relatório propõe um conjunto de propostas concretas e viáveis que visam alterar o arcabouço jurídico do País para a criação de uma nação antirracista. Entre as políticas propostas no documento estão a renovação do período de validade das cotas nas universidades, cuja vigência se encerra em 2022, a implementação de mecanismos de avaliação perene das políticas de combate ao racismo, a criação de um protocolo de promoção da igualdade a ser cumprido por todos os órgãos da administração pública brasileira e o aumento dos recursos orçamentários para a política de combate ao racismo institucional. Veja [aqui](#) mais detalhes dessa notícia! Você pode ter acesso ao relatório final elaborado pela Comissão [aqui!](#)



Racismo religioso - mãe perde a guarda da filha após levá-la à Umbanda na Grande Belo Horizonte. O caso é acompanhado por entidade de defesa da liberdade de crença e é tratado como racismo religioso

De acordo com a notícia, uma mãe de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte, denunciou a perda da guarda da filha após ambas terem ido a um ritual umbandista na cidade. Segundo ela, houve racismo religioso perpetrado pela escola da menina e pelo Conselho Tutelar. A adolescente, de 14 anos, começou a vivenciar a fé em um centro de Umbanda, religião afro-brasileira e sincretista (que reúne elementos das religiões africanas, indígenas e cristãs) do município, local que já era frequentado por sua mãe há alguns anos. O caso de Liliane é acompanhado pela equipe de advogados do Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-Brasileiras (Idafro). Para Hédio Silva Jr., um dos principais especialistas em liberdade de crença do Brasil, doutor em Direito e coordenador-executivo do Idafro, o caso de Ribeirão das Neves desrespeitou a lei, que pede que a criança seja mantida no seio familiar até que sejam esgotados todos os esforços. O advogado afirma: "O que vimos é uma

ruptura familiar. Uma criança que é colocada em abrigo sem decisão judicial, sem a escuta da mãe, sem a escuta qualificada da menina, sem parecer psicológico, tendo apenas a especulação de conselheiro tutelar, sobre o qual não se exige nenhuma qualificação técnica, em geral. O juiz interveio com base em racismo religioso de conselheiro tutelar". Veja mais detalhes da notícia [aqui!](#)

ONG Criola lança cartilha "Terreiros em Luta" que apresenta caminhos para enfrentamento ao racismo religioso



A cartilha "Terreiros em luta: caminhos para o enfrentamento ao racismo religioso", é uma iniciativa do projeto Racismo Religioso e Redução da Violência e Discriminação contra Praticantes de Religiões Afrodescendentes no Brasil, uma ação que envolve o Ilê Axé Omiojuarô (RJ), Ilê Axé Omi Ogun siwajú (BA) e Criola (RJ), com apoio do Instituto para Raça e Igualdade. A publicação resgata as leis, políticas e serviços de proteção ao racismo religioso em âmbito nacional e também com foco nos Estados do Rio de Janeiro e Bahia. O material explica como realizar denúncias em casos de violações presenciais ou virtuais, com dicas importantes para acesso ao direito fundamental de liberdade de expressão religiosa. Você pode conferir mais informações do lançamento [aqui](#) e ter acesso à cartilha [aqui!](#)

"Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro": artigo publicado em coautoria por especialistas da UFF, UFRJ e INESC analisa as violências cometidas por grupos armados contra religiosos de matriz africana

O trabalho, publicado na DILEMAS, Revista de estudos de conflito e controle social, da UFRJ, propõe uma abordagem inédita da violência praticada contra religiões de matriz africana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Enfoca-se a presença de grupos criminosos que disputam atualmente a hegemonia armada sobre espaços populares. O texto intersecciona os conflitos de segurança pública com o racismo religioso, na medida em que revela a atuação de traficantes que se apresentam como membros de igrejas pentecostais. Nas palavras das autoras, a governança criminal operada pelos "traficantes" e "milicentes" misturaria imperativos econômicos, teológicos e doutrinários com um projeto político que impacta especialmente as comunidades religiosas de matriz africana. Confira a íntegra do texto [aqui](#).



"Defensoria Pública e o encontro com a própria sombra: não veio do céu, nem das mãos de Isabel" por Livia Casseres



A defensora pública e Coordenadora da COOPERA, Livia Casseres, assina a autoria de artigo publicado na Carta Capital, no dia 28/05/2022, sobre o dia nacional da Defensoria Pública e a necessidade de uma autocrítica institucional sobre as referências e a mentalidade que ainda permeiam a instituição. O texto resgata a memória do intelectual das letras e do Direito Luiz Gama e questiona a escolha de Santo Ivo de Kermartin como patrono da Defensoria Pública no processo legislativo que culminou no marco do dia 19 de maio. A defensora em determinado trecho destaca que "Corre nos corredores das Defensorias o desejo – ainda contido – de reparar este 'lapso' e deslocar os símbolos para representações que não sejam inferiorizantes dos seus destinatários, mas que devolvam-lhes a sua própria história. Não veio do céu, nem das mãos de Isabel, a Defensoria Pública é fruto da luta popular por cidadania." Confira [aqui](#) a íntegra do artigo.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publica relatório temático "Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas afrodescendentes, Parâmetros Interamericanos para a prevenção, combate e erradicação da discriminação racial estrutural"

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e sua Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA), publicaram o relatório temático "Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas afrodescendentes, Parâmetros Interamericanos para a prevenção, combate e erradicação da discriminação racial estrutural". No relatório, foram desenvolvidos novos parâmetros para combater a discriminação racial estrutural na região e promover sua aplicação para mitigar esta situação, incorporando uma abordagem interseccional e de gênero, assim como uma perspectiva intercultural. A CIDH enfatiza que as múltiplas formas de discriminação sofridas pelas pessoas afrodescendentes têm efeitos tanto no plano individual quanto no social, pois impedem o acesso a direitos básicos como trabalho, saúde, educação e moradia; situações que podem ser exacerbadas por contextos de pobreza e privação de oportunidades econômicas. Veja mais detalhes [aqui!](#) Você pode baixar esse importante relatório temático [aqui!](#)



JURISPRUDÊNCIA

No Habeas Corpus HC 154248/DF, noticiado no Informativo 1036, foi firmado entendimento pelo Supremo Tribunal Federal de que o crime de injúria racial, tipificado no art. 140, § 3º, do Código Penal, configura um dos tipos penais de racismo e, portanto, é imprescritível. Confira a ementa:

Ementa: HABEAS CORPUS. MATÉRIA CRIMINAL. INJÚRIA RACIAL (ART. 140, § 3º, DO CÓDIGO PENAL). ESPÉCIE DO GÊNERO RACISMO. IMPRESCRITIBILIDADE. DENEGACÃO DA ORDEM. 1. Depreende-se das normas do texto constitucional, de compromissos internacionais e de julgados do Supremo Tribunal Federal o reconhecimento objetivo do racismo estrutural como dado da realidade brasileira ainda a ser superado por meio da soma de esforços do Poder Público e de todo o conjunto da sociedade. 2. **O crime de injúria racial reúne todos os elementos necessários à sua caracterização como uma das espécies de racismo**, seja diante da definição constante do voto condutor do julgamento do HC 82.424/RS, seja diante do conceito de discriminação racial previsto na Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. 3. **A simples distinção topológica entre os crimes previstos na Lei 7.716/1989 e o art. 140, § 3º, do Código Penal não tem o condão de fazer deste uma conduta delituosa diversa do racismo, até porque o rol previsto na legislação extravagante não é exaustivo.** 4. **Por ser espécie do gênero racismo, o crime de injúria racial é imprescritível.** 5. Ordem de habeas corpus denegada.

Veja [aqui](#), na íntegra, o teor dessa importante decisão em sede de Habeas Corpus.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

“Interseccionalidade” por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, da Editora Boitempo



A interseccionalidade se tornou um termo bastante utilizado no meio acadêmico e na militância nos últimos anos. O livro tem por objetivo explicar o conceito do termo e a sua importância como ferramenta para pensar as desigualdades sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade e etnia. As autoras analisam o surgimento, o crescimento e os contornos do conceito e mostram como as estruturas interseccionais abordam pautas diversas, como direitos humanos, neoliberalismo, política de identidade, imigração, hip hop, protestos sociais, diversidade, mídias digitais, feminismo negro no Brasil, violência e Copa do Mundo de futebol. A obra é escrita de maneira acessível e se utiliza de exemplos reais para ilustrar seus argumentos, enfatizando o potencial da interseccionalidade para compreender as desigualdades e trazer mudanças orientadas à justiça social.

“O Averso da Pele” de Jeferson Tenório, editora Companhia das Letras

Ana Tereza Machado, técnica administrativa da Defensoria Pública e integrante do GT COOPERA, escreveu uma resenha do livro “O Averso da Pele”, 3º. Romance do escritor brasileiro Jeferson Tenório, vencedor do Prêmio Jabuti de 2021. “Não é um livro sobre racismo. Antes de tudo, é um livro sobre afetos, ausências, relacionamentos, identidade, pertencimento, luto. Mas nos mostra como a vida de uma pessoa negra é atravessada o tempo todo pela raça”, diz a autora da resenha. Para ler a resenha [clique aqui](#).



AGENDA

Leonardo Quintão, presidente da Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (ASDPERJ), tomará posse na Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra da OAB/RJ



No dia 4 de julho de 2022, às 17h, Leonardo Quintão, advogado, analista processual da Defensoria Pública, integrante do GT COOPERA e Presidente da Associação dos Servidores da Defensoria (ASDPERJ), tomará posse na Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra da OAB/RJ no plenário Evandro Lins e Silva, localizado na Avenida Marechal Câmara, 210, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro.

Mano Brown recebe Sueli Carneiro no quadro “Mano a mano” em episódio de podcast



Ouçã [aqui](#) o podcast do Mano Brown, que recebeu a filósofa Sueli Carneiro, uma das maiores intelectuais e referência histórica do movimento negro no Brasil. Na conversa, eles falam de sociedade, racismo, da vivência como mulher negra, sobre os primórdios do rap no Brasil e a conexão com movimentos negros da época, além de visões de futuro para o povo brasileiro. Essa troca de ideia entre os dois está imperdível!

Infiltrados na Klan

O filme, lançado em 2018, é baseado na autobiografia do policial norte-americano Ron Stallworth, que conta como ele, o primeiro detetive negro do departamento de polícia de Colorado Springs, se infiltrou na organização supremacista Klu Klux Klan. Baseado em uma história real, disponível na Netflix, e se revela um dos grandes filmes para entender o conflito racial nos Estados Unidos e refletir sobre o tema através de uma história que impressiona tanto pelos acontecimentos quanto pela mistura entre o humor cortante e as passagens trágicas. Dirigido por Spike Lee, o longa consta na lista de filmes da Netflix indicados ao Oscar e levou a estatueta de Melhor Roteiro Adaptado em 2019. Vale a pena conferir!



"CIRCUITO DE HERANÇA AFRICANA"



O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) realiza o circuito histórico da região conhecida como “Pequena África”, na zona portuária do Rio de Janeiro. A visita acompanhada por guias voluntários, com certificação oficial no Cadastur, região da Gamboa, é conhecida como “Circuito de Herança Africana” e tem o propósito de divulgar a história da população negra que passou por essa parte da cidade. O trajeto possui cerca de dois quilômetros e é percorrido, em média, em duas horas. Para mais informações, acesse o site do IPN <https://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>

Programa de Educação Continuada

Atenção aos cursos disponíveis em nossa plataforma para todas as pessoas que integram a DPRJ. Acesse pelos links indicados abaixo. E para conferir todo o conteúdo da plataforma clique em www.pec.defensoria.rj.def.br.



Evento Elemento Suspeito na Perspectiva do Racismo Estrutural: realizado em 27 de maio, em parceria entre COCRIM e COOPERA. Para acessar, clique [aqui](#).



Curso Formação em relações étnico-raciais: o curso, composto por 4 aulas, ministrado pela professora Ana Carolina Mattoso, mestre e doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional, ajudará a compreender melhor como funcionam as dinâmicas raciais e como o racismo opera em suas diversas dimensões. Participe! Para acessar, clique [aqui](#).



Capacitação Verde - Preenchimento do quesito raça/cor: temos uma capacitação de apenas 1 hora, com a defensora pública Lívia Casseres, Coordenadora da COOPERA, sobre diretrizes técnicas para o preenchimento do quesito raça/cor. Acesse [aqui](#).



Capacitação - atendimento com atenção às questões raciais: no dia 16/04/21, a Coordenadora do NUCORA, defensora pública Daniele Silva, ministrou uma aula orientando como deve ser o atendimento aos/às usuários/as da DPRJ com atenção às questões raciais. A aula faz parte de uma capacitação voltada ao atendimento a grupos vulneráveis. Para assistir clique [aqui](#).

Colabore com o “CEJUR + COORDENAÇÕES TEMÁTICAS”

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para securj@defensoria.rj.def.br

Muito importante sua participação!

